

QUESTÃO AGRÁRIA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

Data de aceite: 14/03/2023

Orimar Souza Santana Sobrinho

Universidade Federal do Norte do
Tocantins
<https://orcid.org/0000-0002-8378-1898>

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Universidade de Brasília
<https://orcid.org/0000-0003-1815-8677>

o manejo dos rebanhos e altera a genética animal com rebatimentos na reprodução e adequação aos moldes do mercado consumidor globalizado.

É nossa hipótese geral que em alguns municípios da Mesorregião Extremo Oeste Baiano, as redes agroindustriais cristalizaram alto padrão de crescimento econômico e desenvolvimento social nas relações entre os lugares e a população. Diferentemente, a inexistências das redes agroindustriais do agronegócio e os constrangimentos naturais com baixa produção da agropecuária na maioria dos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins, tem agravado as fracas possibilidades dos pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade e população pouco densa, inibindo assim a presença das grandes empresas de capital transnacional que realizam a instrumentalização do território.

Portanto, é nosso objetivo comparar os dados do Censo Agropecuário de 2006

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa as transformações ocorridas na estrutura fundiária de um recorte espacial específico no interior do MATOPIBA brasileiro, a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano. Nesta região, as transformações ocasionadas pela reestruturação da produção agropecuária vem alterando sobremaneira os espaços urbanos e rurais quase sempre em razão da modernização do modo de produção que prioriza a agricultura científica com melhoramento de sementes, correção do solo, produção de insumos e fertilizantes e, também na pecuária, quando modifica

em relação ao Censo Agropecuário de 2017 para a Mesorregião Oriental do Tocantins e Mesorregião Extremo Oeste Baiano, no intuito de compreender a dinâmica no ordenamento territorial e na estrutura fundiária da região.

Precedido de revisão bibliográfica, os estudos de Elias (2006, 2011) e o relatório da CPT (2018) representam subsídio incondicional, para analisar as transformações ocorridas no recorte espacial da pesquisa tendo em vista que no primeiro caso, a autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) e, no segundo caso, oferece as possibilidades para refletir sobre o mercado de terras na região do Matopiba.

Os dados foram selecionados de fontes secundárias, com prioridade o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de onde foram retiradas as bases cartográficas para elaboração dos cartogramas e extraídas as tabelas de dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017. Além das imagens obtidas por meio do Brasil em Relevo elaborado pela Embrapa. Por extensão, o tratamento dos dados permitiu a utilização dos mecanismos do ArcGIS versão 10.5, para elaboração dos cartogramas.

Este trabalho se divide em sete partes que dialogam a partir dessa introdução, em seguida aborda as condições e os meios para o aparecimento das regiões produtivas do agronegócio no Matopiba considerando, com prioridade, os estudos de Elias (2006, 2011), seguido da caracterização do próprio Matopiba e por conseguinte dos agentes sociais que podem participar nas transformações territoriais dessa região. Em seguida explicita-se os procedimentos metodológicos e apresenta-se os resultados e finalmente algumas considerações e as referências utilizadas na pesquisa.

REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO NO MATOPIBA

A partir da segunda metade do Século XX no Brasil, ganha destaque na produção agropecuária o uso de instrumentos e procedimentos técnicos mais sofisticados, visando intensificar e modernizar a estrutura produtiva no campo.

Os desdobramentos da modernização e reestruturação da produção agropecuária avançaram por diferentes lugares do território nacional em espaços considerados até então como reserva agrícola, sobretudo nas áreas de cerrado da região centro-oeste e mais recentemente nas regiões norte e nordeste do Brasil. Ademais, existe consenso na literatura que a reestruturação da produção agropecuária ocorre fundamentalmente via modernização dos meios de produção e subordinação do modo tradicional de produção, ocasionando o aprofundamento do processo de precarização das relações de trabalho tanto no campo quanto nas cidades.

Assim, o debate sobre a questão agrária no Brasil não deve prescindir do aparecimento do agronegócio como fenômeno indutor do processo de modernização

das ações e dos meios, que vem transformando os espaços urbanos e rurais no território nacional.

Por esta razão, a partir de 1957 nos Estados Unidos, após realizarem a análise sistêmica das relações entre os problemas da agricultura e de outros setores da indústria e do comércio, os economistas Ray Goldberg e John H. Davis passaram a usar o termo *Agribusiness* para se referirem a esse fenômeno novo. No Brasil, a partir da década 1990, aparece o termo “agronegócio” para designar a agricultura moderna, executada nos moldes capitalistas com a produção sistematicamente integrada por uma rede produtiva incluindo “indústrias processadoras, produtoras de insumos e os demais serviços necessários à efetivação de uma agricultura de grande escala”. Entretanto, essa noção de agronegócio somente passa a ser usada no meio acadêmico para se contrapor ao conceito de “agricultura familiar”, expresso no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 (Pires, 2011, p. 2).

Por extensão, o conceito de agronegócio aparece com expressão usual a partir dos anos 1960-1970 quando o Estado implementou um novo sistema de crédito rural e aumentou investimentos nas atividades de pesquisa para a agropecuária, visando principalmente a inserção rápida do Brasil no sistema capitalista mundial. Ato contínuo, uma fração das classes dominantes no campo detentoras de poderes políticos e econômicos, engendrou a noção de modernização da agropecuária brasileira considerando a necessidade de realizar a sustentabilidade ambiental, desenvolver fontes renováveis de produção de energia, solucionar a fome no mundo a partir da produção de alimentos com adoção dos transgênicos e demais biotecnologias, dentre outras, sempre acompanhada de outra afirmação historicamente construída de que o “Brasil é o celeiro do mundo” (Pires, 2011, p. 14).

Entretanto, o discurso afirmativo do agronegócio como panaceia para os males do campo é propalado unicamente pelas elites agrárias, ligadas aos processos hegemônicos de modernização da agricultura brasileira e inserção do país nos circuitos superiores do capitalismo. Para um campesinato formado em meio a “processos de escravidão, extermínio indígena, deslocamentos forçados,” grilagem de terras e conflitos de muitas outras ordens, a noção do agronegócio aparece sempre acompanhado de uma imagem sombria de exclusão, supressão de direitos e sob o comando e ameaças de cativo ao patrão, “expropriador da terra e da força de trabalho” (Porro; Mecasche; Neto, 2014, p. 22).

Em seus estudos sobre as transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, Elias (2011) reflete sobre os profundos impactos na (re) organização do território brasileiro que resultam em novos arranjos territoriais e que a autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs). Portanto,

As RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos totalmente associados ao agronegócio globalizado [...], são compostas tanto pelos espaços agrícolas como pelos urbanos escolhidos para receber os mais sólidos investimentos privados, formando os focos dinâmicos da economia agrária, [...]. Nas RPAs estão partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (Santos, 1988) de importantes commodities. Logo, encontram-se sob o comando de grandes empresas, nacionais e multinacionais, as mesmas que estão à frente das redes agroindustriais globalizadas, representando lugares funcionais dessas (Elias, 2011, p. 155).

O aparecimento de diferentes arranjos territoriais agrícolas tem suas especificidades centradas na produção intensiva de soja nos cerrados nordestinos, inicialmente abrangendo o oeste da Bahia e, posteriormente estendendo para o sul do Maranhão e para o sul do Piauí. Para Elias (2006),

Este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção agrícola globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônia pelas multinacionais Cargill e Bunge. A Bunge está instalada na cidade de Luís Eduardo Magalhães (BA) e no município de Uruçuí (PI), enquanto a primeira encontra-se no município de Barreiras (BA) Elias (2006, p. 41).

Nessa região, a expansão da agricultura científica e do agronegócio globalizado promovem o incremento da economia urbana, induzindo nova dinâmica ao consumo produtivo e à distribuição espacial da população. Neste sentido, a divisão territorial do trabalho agropecuário por meio das multinacionais do setor, atuam de maneira hegemônica na reestruturação da produção e do território com inúmeras consequências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária, fundamentalmente no mercado imobiliário de terras agricultáveis, ou seja, originando novas especializações territoriais produtivas e acentuando uma extensa gama de desigualdades socioespaciais.

MATOPIBA: CARACTERIZAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL DE ANÁLISE

Por um lado, o movimento de reestruturação da produção agropecuária brasileira via agronegócio estabeleceu estreitas relações com a expansão dos modernos sistemas de objetos e dos sistemas de ações preconizados por Santos (2006, p. 38-39), que fazem aparecer os novos circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas. Para o autor, os sistemas de objetos “condicionam a forma como se dão as ações” e essas se rearticulam para criar objetos novos ou remodelar objetos preexistentes, mais adequados ao seu funcionamento. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma por meio de um conjunto “indissociável, solidário e também contraditório,” de sistemas de objetos e sistemas de ações que devem ser considerados em seu conjunto.

Por outro lado, a criação e delimitação do Matopiba, ver Mapa 1, representa o esforço do Estado em favorecer os mercados via aparelhamento do território e, assim, viabilizar o plantio de soja nos espaços recém-abertos no território nacional, que até então compunham uma vasta extensão de áreas territoriais de reserva. Essa expressão designa uma “realidade geográfica” que recobre parcialmente os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e a totalidade do Tocantins, caracterizado pela “expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias de alta produtividade” (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p.2).

Portanto, Matopiba é uma delimitação territorial criada por meio de um acordo de cooperação técnica, assinado em 2014 por diferentes ministérios e agências federais, para delimitar uma área em potencial para a expansão agrícola em uma região frequentemente descrita pelo governo como “a última fronteira agrícola do mundo”. Por meio do DECRETO Nº 8.447, de 6 de maio de 2015, o governo federal criou a região especial do Matopiba e lançou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba, destinando ao desenvolvimento de atividades de agropecuária e mineração na região. A região do Matopiba faz parte do bioma do Cerrado (CPT, 2018 p. 22).

A equipe técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que elaborou a delimitação do Matopiba afirma que as alterações no uso e ocupação das terras nessa região, se devem a mudanças no uso e na condição fundiária das terras, diferentemente do processo de expansão da agricultura na “calha sul da Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, marcado pelo desmatamento”. Para os autores, no Matopiba

As pastagens nativas extensivas e tradicionais, em áreas de campos e cerrados, são substituídas por culturas anuais intensificadas com novas tecnologias de produção, incluindo a irrigação (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p. 2).

E, destacam ainda que a velocidade das mudanças no uso e ocupação das terras no oeste baiano entre 1985 e 2010 produziu uma dinâmica nova, que transformou áreas urbanas em polos de “desenvolvimento”. Entretanto, nesse caso, parece mais apropriada a expressão “crescimento econômico” pois os autores afirmam que esse movimento se materializa com a “chegada de indústrias e serviços integrados na montante e na jusante da produção agropecuária” (Miranda; Magalhães; Carvalho, 2014, p. 2).

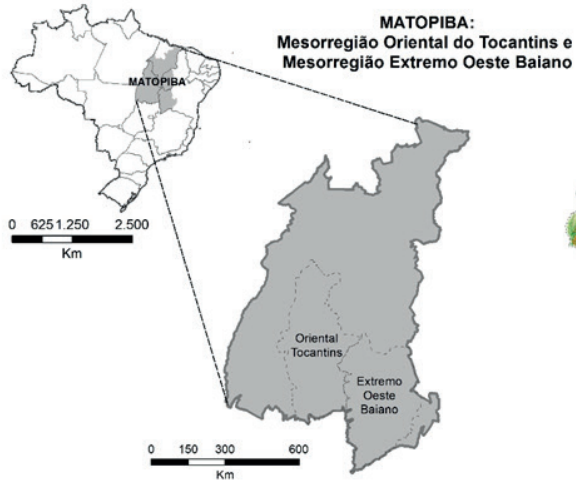
O caso em tela pode revelar a formação de Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) conforme estudado por Elias (2011, p. 154) pois, envolve áreas importantes de quatro Estados onde a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira é um dos processos que promovem a total remodelação do território e a reorganização de um novo sistema urbano e regional.

Em sua gênese, a reestruturação da produção agropecuária via modernização dos objetos técnicos na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo

Oeste Baiano dá origem a um novo sistema de ações, imprescindíveis ao funcionamento desse movimento recente. Paralelamente, o consumo produtivo do agronegócio originou especializações territoriais cada vez mais expressivas nos espaços urbanos e rurais dessa região.

Nesse contexto, importa salientar que o Tocantins é novo, mas sua história é antiga e muitas vezes aparece opaca em relação ao Estado de Goiás do qual foi desmembrado. Sua criação e delimitação recentes, por meio da Constituição Federal de 1988 não apaga as marcas da ocupação circunstancial desse amplo território, assentada na descoberta de aluviões auríferos cuja exaustão induzia constantes mudanças para outros pontos onde aflorassem novas oportunidades de extração. Esta peculiaridade forjou o caráter descontínuo de seu povoamento, ajudado pelo trabalho missionário, que nessa ocasião também articulava a ocupação e o povoamento fundando aldeamentos indígenas, que muitas vezes evoluíram para formação de núcleos urbanos.

Localização do Matopiba no Brasil



Mesorregiões Oriental do Tocantins e Extremo Oeste Baiano



POSGEA - UnB
Sist. Coord. SIRGAS. DATUM: SIRGAS 2000
Fonte: IBGE 2015, Embrapa 2014
Elab.: SANTANA SOBRINHO, O.S. 2018

Mapa 1 - Localização da Mesorregião Oriental do Tocantins e da Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

Fonte: Elaboração própria.

Na Mesorregião Oriental do Tocantins, a exploração aurífera do Século XVIII foi sucedida pela pecuária extensiva e se fortaleceu como atividade que contribuiu para as

descontinuidades espaciais que se desdobram na rede urbana e na distribuição espacial da população. Ainda hoje, nessa região, persiste a dificuldade de acesso e a fragilidade do sistema viário pouco desenvolvido e até pouco tempo atrás servido por estradas quase sempre sem pavimentação. A rede urbana rarefeita e desarticulada dificulta a integração espacial onde a instalação da cidade de Palmas, capital do Estado foi preconizada pelas elites políticas e econômicas como um centro irradiador de modernidade e desenvolvimento, principalmente para essa região do Novo Estado. A mesorregião oriental do Tocantins é integrada por três microrregiões, a saber: Porto Nacional, Jalapão e Dianópolis totalizando 46 municípios (IBGE, 1990a., p. 122).

Vis-à-vis, a frágil estrutura regional do extremo oeste baiano até os anos 1960 era caracterizada pelo IBGE (1990b) pela distribuição espacial da população com baixas densidades e grandes estabelecimentos rurais de pecuária extensiva com pequena produção agrícola de alimentos. As precárias condições da rede de energia, telecomunicações e viária aprofundava o isolamento da região.

Visando romper a situação pouco dinâmica dessa região o Estado aciona os instrumentos que realizam a ampliação da rede viária do país e inicia a construção da BR-242 (Barreiras- Salvador) que em Barreiras se conecta à BR-020 (Brasília-Fortaleza), rompendo o isolamento crônico dessa região. Ademais, os fluxos migratórios que para cá acorreram a partir da década de 1980 principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, somados àqueles oriundos de outras regiões do país induziram a modernização das práticas agrícolas e da pecuária, motivados pelas facilidades de aquisição de terras a baixo preço para o plantio de grãos, melhorias genéticas e no manejo dos rebanhos. A mesorregião Extremo Oeste baiano é composta por (IBGE, 1990b, p. 271-272. Haesbaert, 1997. p. 19).

Gestadas em processos diferenciados de ocupação e povoamento, a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano apresentam visíveis contradições em seu contexto urbano e rural.

AGENTES SOCIAIS, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E SOBERANIA TERRITORIAL

Existe razoável contribuição na literatura que caracteriza e tipifica os agentes modeladores do espaço e quase sempre são denominados “agentes sociais” que transformam e produzem o espaço urbano (Bahiana, 1978; Corrêa, 1989; Harvey, 1973; Vasconcelos, 1997). Entretanto, os agentes sociais “que fazem e refazem a cidade” caracterizados por Correa (1989) que são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos permitem compreender a natureza e as ações

que parte desses agentes empreendem nos espaços urbanos e rurais do recorte espacial desta pesquisa. Dentre todos, merece destaque os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado, como agentes ligados às transformações ocorridas nos espaços urbanos e rurais da região de análise.

A reestruturação produtiva da agropecuária no Brasil tem relação direta com a difusão da agricultura científica; melhoramento genético e manejo dos rebanhos; territorialização do capital no campo, via grandes empresas multinacionais que passam a dominar a produção, comercialização e o financiamento além de outros mecanismos do Mercado que materializam as ações e procedimentos relacionados ao “agronegócio”.

Neste sentido, para analisar as transformações mais recentes ocorridas nos espaços urbanos e rurais da região em tela, importa destacar os agentes sociais caracterizados por Correa (1989). Para o autor os “agentes sociais são concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato”. Portanto, a ação desses agentes é complexa em razão da dinâmica de acumulação capitalista, às mudanças próprias de reprodução das relações de produção que fazem emergir os conflitos de classe. Ademais, as ações desses agentes se reproduzem dentro de marcos legais e instrumentos jurídicos defensores do agente dominante, muitas vezes permitindo que haja transgressões em seus benefícios.

A concepção de (Correa, 1989, p. 16) se refere aos proprietários fundiários de terras da periferia urbana e que se interessam principalmente na obtenção de maior renda fundiária de suas propriedades “interessando-se em que essas tenham o uso que seja o mais remunerador possível”. Neste caso, atuam sempre na instância municipal exercendo pressão sobre a gestão na elaboração de marcos legais sobre o ordenamento e uso do solo urbano.

Quando trata da terra rural ou da estrutura fundiária de determinado lugar ou região, Elias (2011) destaca a significativa mudança das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, com forte substituição da produção de alimentos pela produção de *commodities* e também sobre o acirramento da privatização do acesso à terra e à água, dois dos fatores principais de produção para a agropecuária. O baixo preço da terra é um dos fatores atrativos das novas Regiões Produtivas Agrícolas. Entretanto, a intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso vem promovendo um crescimento geométrico do preço desta.

Portanto, o problema de conhecer e definir Regiões Produtivas Agrícolas na concepção de Elias (2011), implica em compreender onde se localizam e porque aparecem como são hoje; como evolui a realidade regional produtiva até então, considerando o conjuntos das possibilidades e dos impedimentos acumulados no tempo histórico da

região, que materializam como resultado de processos produtivos novos e, finalmente, os novos arranjos territoriais resultantes. Nesse sentido, para apreender a realidade das RPAs é importante reconhecer eixos norteadores dos procedimentos metodológicos indicados pela autora:

Eixo 1 – uso e ocupação do espaço agrário; Eixo 2 – ramos industriais representativos das redes agroindustriais; Eixo 3 – economia urbana; Eixo 4 – mercado de trabalho e dinâmica populacional; Eixo 5 – infraestrutura e equipamentos urbanos. (Elias, 2011, p. 164 com grifos nossos).

Assim, “os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos” indicados por Correa (1989), podem ser associados ao conteúdo do Eixo 1 e do Eixo 4 indicados por Elias (2011), que se refere respectivamente ao uso e ocupação do espaço agrário e ao mercado de trabalho e dinâmica populacional do recorte espacial analisado aqui.

Além disso, o estudo recente na região do Matopiba realizado para Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018), mostra que

324 mil estabelecimentos agropecuários, em uma área de 34 milhões de hectares, 36% tinham área menor que 10 ha (área média de 2 ha) e ocupavam apenas 0,7% da área da região (246 mil hectares). [...] Por fim, 4% deles tinham mais de 500 há e ocupavam 63% da área. [...] O mesmo Censo mostra que pequenos e médios agricultores produzem por volta de 70% dos alimentos para os mercados internos (CPT, 2018, p. 24).

Importa destacar de acordo com o documento em tela que a expansão da fronteira agrícola sobre o Cerrado brasileiro que começou na década de 1950 induziu permanentemente a especulação de terras na região e continuou, mesmo após o fim do boom das commodities e da queda de seus preços no mercado mundial, devido à crise financeira de 2007/2008. Ademais, o documento informa que em um estudo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, mesmo em um contexto de queda dos preços no mercado internacional de commodities nos últimos anos, o preço das terras continuou a subir na região do Matopiba, estimulando ainda mais a apropriação de terras e a expropriação de camponeses. Com uma diferença cada vez maior entre o preço das commodities e o preço das terras, a terra tem sido, em muitos casos, um negócio mais lucrativo que a produção agropecuária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Santos (1985, p. 75), pode-se afirmar que nas transformações do espaço, o Estado e o Mercado figuram como um “par dialético” formando “dois subsistemas”, que em conjunto possibilitam compreender os processos espaciais e os agentes que operam

sistematicamente o aparelhamento do território, transformando a vida das populações e as relações existentes entre as cidades de determinado lugar ou região. Por extensão, Santos (2006, p. 38) adverte que o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”, que não devem ser considerados isoladamente, mas observando o tempo histórico em que transformam a realidade espacial dos lugares.

Os estudos de Elias (2006, 2011) e o relatório da CPT (2018) representam subsídio incondicional, para analisar as transformações ocorridas no recorte espacial da pesquisa tendo em vista que no primeiro caso, autora problematiza, caracteriza e denomina Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) e, no segundo caso, oferece as possibilidades para refletir sobre o mercado de terras na região do Matopiba.

Os dados foram selecionados de fontes secundárias, com prioridade o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de onde foram retiradas as bases cartográficas para elaboração dos cartogramas e extraídas as tabelas de dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017. Além das imagens obtidas por meio do Brasil em Relevo elaborado pela Embrapa.

Por extensão, o tratamento dos dados permitiu a utilização dos mecanismos do ArcGIS versão 10.5, para elaboração dos cartogramas.

ALGUNS RESULTADOS

Pelo exposto, pode-se inferir que o Estado e o Mercado realizam o aparelhamento do território por meio dos sistemas de objetos que condicionam o aparecimento das ações e, esse sistema de ações pode levar à criação de objetos novos ou realizar-se sobre objetos preexistentes. Desse contexto emerge um conjunto de forças e variáveis, que servem de ferramentas analíticas definidoras de situações, capazes de oferecer um caminho de interpretação para as transformações territoriais e suas implicações, tal como pretende-se examinar nas comparações entre a Mesorregião Oriental do Tocantins e a Mesorregião Extremo Oeste Baiano.

No que tange ao porte demográfico das cidades da tabela 1, merece destacar as visíveis diferenças entre as duas regiões no período analisado. Enquanto do lado tocantinense se dá a preponderância de municípios com população de até 5.000 habitantes (mais de 60% do total de 46 municípios), entre 2000/2010, observa-se transformações pouco expressivas nos limiares superiores entre os dois períodos analisados, sendo que do lado baiano a grande maioria dos municípios aparecem com população concentrada 10.000 e 40.000 habitantes.

| Porte Demográfico | MESORREGIÃO ORIENTAL TOCANTINS | | | | MESORREGIÃO EXTREMO OESTE BAIANO | | | |
|------------------------------|--------------------------------|------------|-----------|------------|----------------------------------|------------|-----------|---------------|
| | 2000 | | 2010 | | 2000 | | 2010 | |
| | Nº Mun. | % Total | Nº Mun. | % Total | Nº Mun. | % Total | Nº Mun. | % Total |
| Até 5.000 Habitantes | 29 | 63,4 | 28 | 60,86 | 2 | 8,33 | 1 | 4,16 |
| Entre 5.001 e 10.000 | 10 | 21,73 | 9 | 19,56 | 2 | 8,33 | 2 | 8,33 |
| Entre 10.001 e 40.000 | 5 | 10,86 | 6 | 13,04 | 18 | 75,00 | 18 | 75,00 |
| Entre 40.001 e 70.000 | 1 | 2,17 | 2 | 4,34 | 1 | 4,16 | 2 | 8,33 |
| Acima de 70.000 | 1 | 2,17 | 1 | 2,17 | 1 | 4,16 | 1 | 4,16 |
| Total | 46 | 100 | 46 | 100 | 24 | 100 | 24 | 100,00 |

Tabela 1: Porte Demográfico dos Municípios - 2000/2010

Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2000 e 2010. Amostra-características gerais da população

Depreende-se, portanto, que cada uma das cidades sede desses municípios exerce influência considerável no seu entorno, possivelmente em razão da natureza e do alcance dos equipamentos que possui e dos bens e serviços centrais que oferece à população. Além disso, o expressivo volume populacional total sempre superior a 110.000 habitantes aparece em todas as microrregiões da Tabela 2. Entretanto, o maior destaque fica com a Microrregião de Barreiras, onde a cidade sede do município de mesmo nome assume o comando da rede urbana que é composta ainda por outros municípios de grande importância regional, como Luiz Eduardo Magalhães.

Vale destacar que diferentemente do Tocantins, com 46 municípios, na Mesorregião Extremo Oeste Baiano com apenas 24 municípios o significativo volume populacional distribui-se espacialmente diferenciado entre as áreas urbanas e rurais, com expressiva concentração de população nas áreas rurais dos municípios. Enquanto no Tocantins a taxa de urbanização entre 2000/2010 é de respectivamente 74 e 82%, na Bahia, essa taxa é de 53 e 61% no mesmo período.

Por esta razão, pode-se afirmar que na Bahia, no período analisado 2000/2010, o maior volume populacional concentrado nas áreas agrícolas parece ter contribuído para o suprimento e formação de mão-de-obra qualificada para as atividades da agropecuária moderna; concentração/distribuição de recursos financeiros, técnicos e operacionais; consolidação de instrumentos jurídicos, de insumos, de máquinas, de assistência técnica etc., reunindo assim as condições bastante favoráveis ao aparecimento das Cidades do Agronegócio e a formação das Regiões Produtivas Agrícolas. Já na Mesorregião Oriental do Tocantins no mesmo período ocorre situação inversa com expressivo volume

populacional concentrado nas áreas urbanas, e, apenas a Microrregião do Jalapão que ainda concentrava menor volume de população urbana em 2000, altera significativamente sua estrutura demográfica com mais da metade da população passando a residir na área urbana das sedes dos municípios no final do período analisado (2010).

| MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS | 2000 | | | | 2010 | | | |
|-----------------------------------|------------|-----------|------------|---------------|------------|-----------|------------|---------------|
| | Pop. Total | Pop. Urb. | Pop. Rural | Taxa. Urb.(%) | Pop. Total | Pop. Urb. | Pop. Rural | Taxa. Urb.(%) |
| MICRORREGIÕES DO TOCANTINS | | | | | | | | |
| DIANÓPOLIS | 112.172 | 67.463 | 44.709 | 60 | 118.110 | 84.081 | 34.029 | 71 |
| JALAPÃO | 62.310 | 27.359 | 34.951 | 44 | 71.925 | 40.737 | 31.188 | 57 |
| P. NACIONAL | 218.656 | 195.850 | 22.806 | 90 | 322.824 | 295.078 | 27.746 | 91 |
| TOCANTINS | 393.138 | 290.672 | 102.466 | 74 | 512.859 | 419.896 | 92.963 | 82 |
| MICRORREGIÕES DA BAHIA | | | | | | | | |
| BARREIRAS | 206.331 | 146.126 | 60.205 | 71 | 286.118 | 216.095 | 70.023 | 76 |
| COTEGIPE | 110.839 | 40.517 | 70.322 | 37 | 114.824 | 47.795 | 67.029 | 42 |
| S. M. da VITÓRIA | 178.546 | 77.247 | 101.299 | 43 | 178.311 | 87.470 | 90.841 | 49 |
| BAHIA | 495.716 | 263.890 | 231.826 | 53 | 579.253 | 351.360 | 227.893 | 61 |

Tabela 2: TOCANTINS E BAHIA: origem da população 2000/2010

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000 e 2010. Amostra-características gerais da população

Pelo exposto, a Mesorregião Extremo Oeste Baiano apresenta as condições ideais sobre a generalização da urbanização no território que era denominada por Milton Santos (1988, 1993, 1994, 1996, 2000, citado por Elias, 2007) de cidades do campo e que Elias (2007) atualizou para cidades do agronegócio, onde se materializa as condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, por meio das redes agroindustriais.

No que tange à estrutura fundiária das regiões em tela e de acordo com a CPT (2018), mesmo após o fim do “boom” das commodities e da queda de seus preços no mercado mundial devido à crise financeira de 2007/2008, o preço das terras continuou a subir na região do Matopiba, estimulando ainda mais a apropriação de terras, a expropriação de camponeses e a destruição do Cerrado. Além disso, várias empresas e agentes financeiros começaram a ver o preço da terra como um bem separado do produto e passaram a lucrar com a especulação. De acordo com este relatório, 19,000 km² de terras mudaram de mãos na região do Matopiba entre 2013 e 2015 destacando que empresas do agronegócio transnacionais começaram a atuar no mercado de terras por volta dos anos 2008 e 2009.

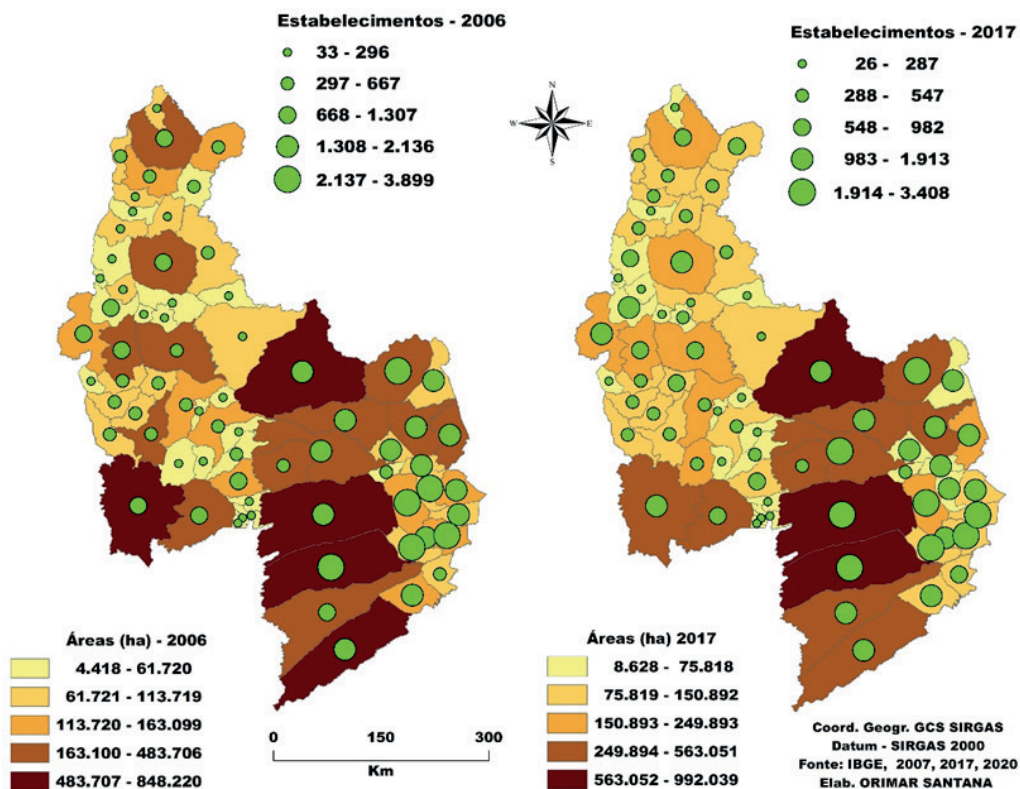
Algumas dessas empresas criaram filiais para tratar especificamente de negócios

fundiários. Um exemplo é a empresa SLC (Schneider Logemann Company), cuja filial SLC Agrícola é um dos maiores produtores de soja no Brasil e sua filial SLC Land Co se tornou uma das grandes empresas no negócio de terras. A SLC controla quase meio milhão de hectares de terra no Brasil, sendo que 300.000 desses hectares são plantações de soja. Em 2015, a SLC gerou mais rendas com a compra e venda de propriedades agrícolas do que por meio de seus empreendimentos tradicionais com soja pela primeira vez.⁶² Outras empresas imobiliárias criadas recentemente não se envolvem mais com a produção agropecuária e se concentram exclusivamente na aquisição, venda, arrendamento e/ou gestão de terras (CPT, 2018 p. 26).

As transformações ocorridas na estrutura fundiária do recorte espacial tomado nesta pesquisa corrobora as afirmações do relatório da CPT (2018). Ver Mapa 2.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, nos municípios da Mesorregião Oriental do Tocantins predominava número expressivo daqueles com limiar inferior a 33 e superior de 667 estabelecimentos rurais, nesta mesma ocasião a área ocupada por estes estabelecimentos oscilava entre 4.418 e 113.719 hectares. Importa destacar um grupo de municípios em diferentes pontos da mesorregião, figurando no intervalo entre 668 e 1.307 estabelecimentos agrícolas que apresentam peculiaridades a serem investigadas. Trata-se de Goiatins e Rio Sono mais ao norte com número de estabelecimentos e áreas equilibrados nos respectivos intervalos de classe, entretanto, a Capital Palmas com mesmo número de estabelecimentos apresenta-se no limiar mínimo dentre todos os intervalos de classe de áreas. O destaque para Ponte Alta do Tocantins na porção central da mesorregião se refere ao limiar entre 297 e 667 estabelecimentos rurais com área expressiva entre 163.100 e 483.706 hectares, bem como Paranã, Arraias e Taguatinga na borda sul/sudeste da mesorregião com mesmo padrão de número de estabelecimentos, no entanto, apresentam grande amplitude no que se refere aos limiar inferior de 113.720 e superior de 848.220 hectares de área dos estabelecimentos rurais. Vale ressaltar a posição superior de Paranã no que tange ao volume de área mais expressivo dentre os três considerados.

Na Mesorregião Extremo Oeste Baiano em 2006 a grande maioria dos municípios aparecem no limiar entre 1.308 e 3.899 estabelecimentos e área mínimo superior a 163.100 e máxima superior a 848.000 hectares. Há que destacar o caso do município de Luiz Eduardo Magalhães, desmembrado do município de Barreiras por meio do empenho de lideranças políticas e econômicas, aparece com número superior a 600 estabelecimentos agrícolas e área variando entre 163.100 e 483.706 hectares.



Mapa 2 - Distribuição Espacial das Áreas e dos Estabelecimentos Rurais na Mesorregião Oriental do Tocantins e na Mesorregião Extremo Oeste Baiano

Fonte: Elaboração própria

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A apropriação capitalista do Cerrado nas regiões analisadas aqui pode ser caracterizada como avanço da fronteira de produção em espaços de reserva agrícola com ações simultâneas do Estado e do Mercado pois, na concepção de Santos (1986, p. 55), esses agentes formam um par dialético onde o primeiro atua no aparelhamento do território ao recortar a delimitação do território para configuração do Matopiba e, por extensão, organizar e implantar as infraestruturas viárias com logísticas de acesso e as redes de energia e de comunicação postas na porta das instituições e das empresas, para que o segundo possa se apropriar do conteúdo técnico e assim consolidar a formação das redes agroindustriais.

Vis à vis, em grande parte dessa região, a atividade mineradora que iniciou o processo de ocupação e povoamento, sucedida pela pecuária extensiva em grandes áreas de pastagem e acompanhada por uma agricultura de subsistência, vê os conteúdos e as

relações de pertencimento tecidas na solidariedade organizacional do modo tradicional de produção de toda região serem desmontadas pelos processos e relações hegemônicas do agronegócio globalizado considerando o pertencimento regional apreçoado por Haesbaert (2010).

Nesse caso, é muito comum aparecer a completa transformação das relações tradicionais de produção com formação de áreas de carências e de necessidades, frente a outras de opulência e de privilégios, contribuindo assim para as desigualdades regionais que imperam na maioria das Regiões Produtivas Agrícolas caracterizadas por Elias (2007, 2011). Portanto, a agropecuária desponta como a base fundamental do processo de expansão da fronteira de produção nessas regiões, transformando toda a realidade urbana e regional, sobretudo a partir do início do Século XX.

Pelo exposto, ganha consistência nossa hipótese geral de que em alguns municípios da Mesoregião Extremo Oeste Baiano, as redes agroindustriais cristalizaram alto padrão de crescimento econômico e desenvolvimento social nas relações entre os lugares e a população, pois as alterações mostradas no Mapa 2 indicam a permanência dos processos que conduzem a produção agrícola moderna pois são pouco significativas as alterações no tamanho das áreas e no número de estabelecimentos no período analisado.

É muito provável que as ações dos agentes sociais que produzem e consomem o solo nas áreas rurais da região, o fazem por meio de articulações e implementação de objetos técnicos sofisticados e capazes de usufruir a máxima capacidade dos recursos naturais existentes e por isso, permanecem com grande produção intensificada no uso do solo sem aumento das áreas produtivas.

Diferentemente, a inexistência das redes agroindustriais do agronegócio e os constrangimentos naturais com baixa produção da agropecuária na maioria dos municípios da Mesoregião Oriental do Tocantins, tem agravado as fracas possibilidades dos pequenos núcleos urbanos marcados pela ruralidade e população pouco densa, inibindo assim a presença das grandes empresas de capital transacional que realizam a instrumentalização do território.

Por esta razão, talvez, o avanço da agricultura tecnificada mesmo se apropriando das áreas rurais nesta porção do espaço, ainda não implementaram sistemas produtivos que exigem ampliação de áreas para produção e por isso também aumento no número dos estabelecimentos.

Esta pesquisa não se esgota, pois é importante investigar os meios pelos quais a produção agrícola moderna vem se apropriando dos espaços urbanos e rurais da região.

REFERÊNCIAS

BAHIANA, L. C. da C. Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 43 n. 1 (1978), 123-131. Disponível em:< <http://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/issue/view/185>>

CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras: o caso do MATOPIBA*: Brasil. Publicado em Junho de 2018 pela FIAN International, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Disponível em:< <http://fianbrasil.org.br/relatorio-sobre-o-matopiba-aponta-impactos-da-financieirizacao-de-terras/>> Acesso em: 25/09/2018.

CORREA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. 94 p. (Série Princípios; 174).

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. 2011 13 (2), 153-167. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/400>

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. *Revista NERA*. Presidente Prudente. Ano 9, nº. 8 pp. 29-51 Jan.-jun./2006. Disponível em:< <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442>>

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In: HARVEY, David. *Condição pós- -moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21.ed. São Paulo: Loyola, 1973. p. 185-289.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997. 293 P.:il.

IBGE. *Divisão de Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 1990a. Conteúdo: v. 1 [Brasil] – v. 2 t. 1. Região Norte.

IBGE. *Divisão de Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas* / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 1990b. Conteúdo: v. 1 [Brasil] – v. 2 t. 2. Região Nordeste.

IBGE. *Censo Agropecuário*. 2006, 2017. Disponível em:< <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>

MIRANDA, E. E. de; (Coord.). *Brasil em Relevô*. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 29 Set. 2018.

MIRANDA, E. E. de; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. *Proposta de delimitação territorial do Matopiba*. Campinas: Embrapa; GITE, maio 2014. (Nota Técnica, n. 1). Disponível em: <<https://goo.gl/vBROXd>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

PIRES, S. S., RODRIGUES, M. P., MESQUITA, B. A. de. A Expansão do Agronegócio e a Expropriação Agrária da Amazônia. *Acta Científica* XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología 2011. ISBN: 978-956-19-0828-4. Disponível em:<<http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT8>> Acesso em: 19/09/2018.

PORRO, N. M. MENASCHE, R. NETO, J. S. Babaçu Livre e Queijo Serrano: Histórias de Resistência à Legalização da Violação a Conhecimentos Tradicionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 41, p. 267-301, jan./jun. 2014. Disponível em:< <https://www.scielo.br/hj/ha/vYCHScr5YsKNPPXYgTymT9h/?lang=pt>>

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Org.). *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 247-278.